



LOUCURA E VIDA COMO OBRA DE ARTE

Edson Passetti

Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais
PUC-SP.

Resumo: Em *A história da loucura*, Michel Foucault encerra sua pesquisa lidando com a vida de artista e a loucura. Penso que nesta obra, pela primeira vez, ele esboça o que mais tarde veio a chamar de *vida como obra de arte*. A louca vida dos artistas pode ser confrontada com a vida louca dos *alienados*, produzida em instituições austeras como o hospício, levada adiante, no Brasil-Rio de Janeiro, por Nise da Silveira. De tanta arte, direta ou indiretamente vinculada à religião, como insistiu o filósofo alemão Max Stirner, a leitura de *A história da loucura* configura-se como uma procedência relevante para problematizarmos a *vida como obra de arte* situada por Foucault, no interior do indivíduo, onde começa a ética e a política. Diante das novas conexões, postas na passagem do século XX para o XXI, relativas à administração da loucura, não mais como doença mental, mas como *transtornos* que atravessam todos os *normais*, qual obra de arte cada um pode atizar em si próprio como liberdade que *avance* sobre a democracia participativa?

Palavras-chaves: vida como obra de arte, política, ética, democracia participativa

Abstract: In the end of his book *Histoire de la folie*, Michel Foucault concludes his research dealing with the life of the artist and the madness issues. I stand that it was the first time Foucault outlined what he later called “life as a work of art”. The crazy life of the artists can be confronted with the mad life of alienated people produced in austere institutions like the hospices, carried on in Brazil-Rio de Janeiro by Nise da Silveira. With so much art, directly or indirectly linked to religion, as insisted the German philosopher Max Stirner, the reading of the *Histoire de la folie* establishes a relevant provenance to the problematisation of the “life as an work of art” notion, situated by Foucault *within the individual* as the place where begins ethics and politics. Given the new connections made in the passage of the twentieth century to the current century, concerning the administration of madness, no longer as a mental illness, but as disorders that cross all the normal people, which kind of work of art can every single person stir up in oneself as freedom that confronts the participatory democracy?

Key words: life as a work of art; politic, ethic, participatory democracy

Em *História da loucura na idade clássica*, Michel Foucault encerra sua pesquisa lidando com a vida de artista e a loucura. Penso que nesta obra, pela primeira vez, ele esboça o que mais tarde veio a chamar de *vida como obra de arte*.

Diante das conexões cada vez mais firmes situadas na passagem do século XX para o XXI e relativas à administração da loucura, não mais como doença mental, mas

como *transtornos* que atravessam todos os *normais*, qual obra de arte cada um pode aticar, em si próprio, como liberdade que *avance* sobre a democracia e as *contínuas* convocações à participação?

Liberção

Liberto das correntes pelo ato de Pinel, o internado está diante de um efeito de liberação que não o encaminha a uma prática de liberdade. Ao contrário, permanece disposto ao jogo de saber-poder da instituição asilar. Continua acorrentado à sua loucura, neste espaço no qual os erros deverão ser corrigidos, acostumando-se às necessidades do delírio, em um estado em que é possível *um pouco* de loucura. Contudo, como internado, ele está preso à própria loucura relacionada à sua não-liberdade; está despojado das correntes, mas preso ao médico.

Foucault situa claramente este momento: “não é de uma *liberação* dos loucos que se trata, nesse final do século XVIII, mas de uma *objetivação do conceito de sua liberdade*” (Foucault, 1995, p. 508). No século seguinte, “sua não-liberdade é mais penetrada pela falta do que pela liberdade com a qual o louco clássico escapava de si mesmo” (Idem). O louco é construído como *alienado*. Não está mais relacionado ao seu silêncio e às tragédias anunciadas na Renascença, mas sob o olhar da neutralidade, que fustigará em seu interior “as verdades profundas do homem” (Idem, p. 511), e passará a ser visto com mais “paixão”, por trazer em si mais verdades que as suas próprias: loucura como *nossa* infância cronológica, o nosso desregramento das funções cerebrais, a nossa maldade em estado original. O louco é um irresponsável a ser dissecado pelo médico, o qual é capaz de buscar no seu segredo a razão de sua cura e tocar em sua dor.

Segundo Foucault, a coerência encontrada relaciona-se a um pensamento antropológico cuja estrutura se funda em três termos: o homem, sua loucura e sua verdade, substituindo a dicotomia no “desatino clássico (verdade e erro, mundo e fantasma, ser e não-ser, Dia e Noite)” (Idem, p. 515). Eis o homem apanhado pela loucura e fechado em objetividades. Está capturado até mesmo pelo ato violento e inesperado de quem se mostrava normal, mas que manifesta em sua conduta algo escondido de uma doença crônica que o transforma em um *outro*. Eis o momento relevante que possibilita a aproximação da consciência jurídica da consciência médica, ou do que Esquirol chamou de doença invisível que inocentaria um crime monstruoso: a monomania homicida. Para Foucault, “esses sintomas são apenas signos da loucura, na medida em que indicam apenas o isolamento do gesto, sua solitária inverossimilhança;

haveria uma loucura que seria razão em tudo salvo nisto, que se deve explicar por ela” (Idem, p. 520). É o alienado na forma de doença e não mais o *insensato*; é o *outro* recoberto pela figura do *mesmo*. Abriam-se as portas para o aparecimento de uma psicologia. Em *Doença mental e psicologia*, Foucault já constatava, anos antes, que “nunca a psicologia poderá dizer a verdade sobre a loucura, já que é esta que detém a verdade da psicologia” (Foucault, 1975, p. 85), pois “toda esta psicologia não existiria sem o ‘sadismo moralizador’ no qual a ‘filantropia’ do século XIX enclausurou-a, sob os modos hipócritas de uma ‘liberação’” (Idem, p. 84).¹

A liberação não expressa em si uma prática de liberdade como se constata com a liberação do louco das correntes, de maneira análoga à humanização da prisão analisada, posteriormente, por Michel Foucault em *Vigiar e punir*. Situava o autor um momento decisivo na sua arqueologia e na sua genealogia sobre o que somos e como passamos a ser o que somos. Nem toda liberação produz liberdades; estas estão relacionadas à rebeldia: as lutas acontecem no local com suas características próprias, imediatas, instantâneas e nos levam a dar forma à liberdade.

O que não deixa de ser secreto e tampouco elucidado

Atravessando a obra de Goya, com as distinções entre os *Caprichos* e *Los disparates*², *Patio de los locos*, e da *Quinta del sordo*, Foucault mostra uma outra loucura, a “do homem jogado em sua noite” (Idem, p. 523), redimensionando o fogo da loucura, em imagens propositalmente esquecidas, uma noite a ser esquecida pelos que creem em sua inexistência. Não são as máscaras de *Caprichos* sendo mais verdadeiras que a verdade das figuras, mas também o que está abaixo da máscara, o que corrói os traços do rosto. Lembremo-nos de Heráclito: embaixo do rosto da máscara há a máscara do rosto. “A través de Sade e Goya, o mundo ocidental recolheu a possibilidade de ultrapassar na violência sua razão e de reencontrar a experiência trágica para além das promessas da dialética” (Idem, p. 527). Foi a redescoberta do nada do desatino.

¹ Quanto ao redimensionamento das análises no curso *O poder psiquiátrico*, conforme as três primeiras aulas, Foucault desloca-se do vocabulário psicossociológico ao protomilitar, substituindo violência, instituição e modelo familiar ou aparelho de Estado por microfísica do poder, táticas colocadas em ação e “a estratégia dessas relações de poder e desses enfrentamentos que se desenrolam na prática psiquiátrica” (Foucault, 2006, p. 21): a psicologia “como instituição, como corpo do indivíduo, como discurso é o que, perpetuamente, vai, de um lado, controlar os dispositivos disciplinares e remeter, de outro, à soberania familiar, como instância de verdade a partir da qual será possível descrever, definir todos os processos, positivos ou negativos, que se dão nos dispositivos disciplinares” (Idem, p. 107).

² Em especial sobre os *Disparates* de Goya, ver Alfonso E. Pérez-Sánchez. *Goya. Caprichos, Desastres, Tauromaquia, Disparates*. Madrid, Fundación Juan March, 1998.

A loucura, enfim, segundo Foucault, será acolhida por Nietzsche, Van Gogh e Artaud. É o estado da prática de liberdade colocada pela rebeldia; a loucura pertencente à obra e em “ruptura absoluta com a obra” (Idem, p. 529): “a loucura não é mais o espaço da indecisão onde podia transparecer a verdade originária da obra, mas a decisão a partir da qual ela irrevogavelmente cessa, permanecendo acima da história, para sempre” (Idem). O desmoronamento do pensamento de um autor é onde ele se abre sobre o mundo moderno, pouco importando o laudo psiquiátrico; é o momento em que a loucura transborda: “pela loucura que a interrompe, uma obra abre um vazio, um tempo de silêncio, uma questão sem resposta, provoca um dilaceramento sem reconciliação, onde o mundo é obrigado a interrogar-se” (Idem, p. 529-530).

Maurice Blanchot (2007) situou com precisão o livro de Foucault, muito menos como história da loucura, mas como “uma história dos limites” (Idem, p. 174), posto que “reduzir a loucura ao silêncio, seja fazendo-a efetivamente calar-se, como na idade clássica, seja encarcerando-a no jardim racional das espécies como em todas idades das luzes, é o constante movimento das culturas ocidentais preocupadas em manter uma linha divisória” (idem, p. 178). Voltar-se às grandes obras sombrias da literatura e da arte, para Blanchot, é ouvir a linguagem da loucura destas existências “que nos fascinam pela atração que sentiram, mas também pela relação que cada uma parece ter mantido entre o saber obscuro da Desrazão³ e aquilo que o saber claro — o da ciência — chama de loucura” (Idem).

Não se trata de articular a vida de artista⁴ com a loucura como espaço propício, e muito menos de tomar as obras produzidas pelos internados simplesmente como obra de arte. Nise da Silveira alertava contra isso diante do ecletismo da crítica de arte. Não eram nem mesmo obras de arte como fusão de linguagens das artes e da loucura. Eram apenas obras de loucos internados galgadas aos valores da arte a partir de critérios estéticos. Não estava em questão a vida como obra de arte, mas o efeito, muitas vezes disperso, produzido por acasos e resultantes do esquecimento que deram formas plásticas a uma longa e interminável jornada noite adentro, como a de Arthur Bispo do

³ Por desrazão, Blanchot considera “o remontar em direção à ausência de tempo — retorno à não origem, mergulho impessoal” (Idem, p. 180).

⁴ Para uma distinção entre vida artista e vida de artista ver Guilherme Castelo Branco. “Anti-individualismo e vida artista”. In Jorge Vasconcellos e Guilherme Castelo Branco. *Arte, vida e política: ensaios sobre Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro, Edições LCV/SR3/UERJ, 2010, pp. 28-37.

Rosário⁵. Estas obras resultaram de estratégia de acesso a uma linguagem que dimensionasse os efeitos do internamento sobre os infames. Aqui, se houve arte associada à loucura, esta não estava apartada da obra. Por isso, não *me* interroga sobre o mundo, mas escancara o que pode ser indagado e que é evitado pelos desdobramentos do discurso psiquiátrico associado à moral da saúde: as instituições asilares. Fora destas não havia como esta arte existir e é dentro delas, mais ou menos abertas, que permanece existindo, eminentemente como terapêutica, espaço renovado de possibilidade de ser habitada por um gênio artístico diante de seu entendimento, de sua falta, de seu amor à religião.

Segundo Max Stirner (2003), Hegel situa a arte como antecessora da religião, a partir do momento em que o homem constata haver um além de si que se expressa no homem moral a ser atingido, ou seja, a consciência do que se é e do outro que deverá ser; instante que situa a incerteza do povo, assim como a do *gênio*, momento que possibilita a este criar o *ideal* de si e do homem. O artista é esta figura de perfeição, criador de um objeto e, portanto, a figura a ser adorada: o objeto é o segundo eu exteriorizado. “A arte cria a divisão opondo o homem ao seu ideal, mas a visão do ideal que perdura até ser reabsorvido e reassimilado pelo olhar que mantém firmemente o seu desejo, chama-se religião” (Idem, p. 69), sublinha Stirner. Entretanto, na religião não há *gênios*, mas um só Criador. Por isso, o religioso, diferente do *gênio*, pode ser um sujeito com total falta de imaginação. Basta-lhe amar. Contudo, amar não é uma questão de sentimento apartado do *entendimento*; só podemos falar de amor e este existir pelo entendimento: “antes de sua inteligência despertar, a criança não ama e o seu mais profundo abandono amoroso não é mais que compreensão íntima” (Idem, p. 72). Mais tarde ela inclusive aprenderá sobre o mal-entendido, ou seja, o desacordo que designa um amor perturbado. Então, se a arte criou um ideal e deu aos homens um objeto que provoca os espíritos em constantes combates, valorizando o entendimento, a arte é ao mesmo tempo criadora da religião: elas não correspondem a uma relação de criação-sucessão, mas encontram-se imbricadas. A arte não pode evitar o como se refaz a

⁵ Artur Bispo do Rosário não se pretendia artista, era apenas alguém dentro do hospício, sob uma missão, segundo ele, ditada pelos seres do além. Cf. Luciana Hidalgo. *Arthur Bispo do Rosário. O senhor do labirinto*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996. Sobre os acessos aos *estados do ser*, ver Nise da Silveira. *O mundo das imagens*. São Paulo, Ática, 1992. A respeito de Nise da Silveira, ver Edson Passetti. “Nise da Silveira: uma vida como obra de arte”. In *Anarquismo urgente*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2007, pp. 37-45. E sobre a Arte Bruta, arquivada em Lausanne a partir do artista anarquista Jean Dubuffet, ver Dorothea Voegeli Passetti. “A atualidade de Dubuffet: cultura asfíxiante”. Revista Verve, São Paulo, Nu-Sol, 2009, vol. 16, pp. 150-165.

religião porque ela é produto do espírito, é a companheira inseparável da religião, pois mesmo quando é mais cruel na destruição sempre reporá o ideal da criação e, por conseguinte, uma nova religião; mesmo que aconteça a perda do amor humano na piedade este se transformará em moralidade pela tolerância que caracteriza o humanismo. Filosofia, ao contrário, não é religião: não produz objeto. “Se a arte constitui um objeto e se a religião vive somente pelo encadeamento a esse objeto”, conclui Stirner, “a filosofia se distingue muito nitidamente tanto de uma como de outra. Esta última não se opõe a um objeto à maneira da religião, nem constitui um, à maneira da arte. Respirando liberdade, pelo contrário, ela estende sua mão destruidora tanto contra a constituição de um objeto, como contra a própria objetividade” (Idem, p. 78). Stirner provoca a reviravolta sobre Hegel e Feuerbach, amantes do Homem, quando a filosofia se tornou religião da razão e da objetividade. E pelo exercício da arte, dessacraliza o objeto e antecipa sua presença no dadaísmo⁶.

Transtornos e perturbações

Século XXI: as lutas políticas antipsiquiátricas se voltaram para a luta antimanicomial. Uma nova composição programática redimensiona a loucura como saúde mental, e a reconfigura no ambiente da administração dos transtornos. Não estamos mais no campo da política como exclusão, como salientara Michel Foucault em *A ordem do discurso*. A dicotomia inclusão-exclusão foi redimensionada pela possibilidade de incluir a todos, mesmo os miseráveis, dejetos humanos e os infames, não mais sob a demarcação de limites, mas em uma condição excepcional de cada um estar sob os condicionantes dos dispositivos de monitoramento. Estamos todos sujeitos a transtornos, como recomenda a *Organização Mundial da Saúde* (OMS), e às determinações das novas doenças periféricas relativas às novas condições de existência.

Mais uma vez, recoloca-se o que somos e como passamos a ser o que somos. Trata-se agora de traçarmos esta condição e contradizê-la, ao modo de Foucault, em “O sujeito e o poder”, para situarmo-nos *contra o que somos*, no instante da rebeldia, na construção de uma vida como obra de arte. Portanto, trata-se, mais uma vez, de enveredarmos pelo fluxo das perturbações capazes de arruinar a loucura como doença mental, fato que, pelo verso ou reverso, a luta antipsiquiátrica estancou ou possibilitou.

⁶ Laurent Le Bon (org). *Dada*. Paris, Centre Pompidou, National Gallery Art, Museum of Modern Art, 2005; José A. Bragança de Miranda. *Stirner, o passageiro clandestino da história*. In Max Stirner. *O único e a sua propriedade*. Tradução de João Barrento, Lisboa, Antígona, 2004, pp. 295-339.

Como problema de saúde mental ou sofrimento psíquico, a luta antipsiquiátrica foi capturada como luta antimanicomial conectada às reduções de danos, à qualidade de vida e aos compartilhamentos para a continuidade do manicômio, como parte da negociação para o atendimento em meio aberto com os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial)⁷.

Está em jogo como administrar soluções em *meio aberto* sem prescindir da internação. A luta antimanicomial funciona, assim, como uma contra-sociedade, caráter que assumiu derivado da luta antipsiquiátrica, revigorando o pastorado, tomando seu lugar e dirigindo-a para compor um governo de contracondutas como se fosse uma inovação quando atualiza o *mesmo*. Ainda que as argumentações digam respeito a maneiras de educar, ressocializar, integrar, desestigmatizar, promover compartilhamentos de intenções e práticas, está em jogo manter uma quota para casos excepcionais, combinando os dispositivos da internação com os de monitoramento a céu aberto. Trata-se, mais uma vez, de uma liberação que deve soar como prática de liberdade, mas que, paradoxalmente, por acomodar-se em *negociações*, funciona como renovação da liberação dos *acorrentados* de outrora.

Michel Foucault, em *Nascimento da biopolítica*, traçou os desdobramentos da racionalidade neoliberal em que prepondera a transformação do trabalhador em capital humano e, por conseguinte, as condições de qualquer um transformar-se em um empreendedor de si. Mais uma vez, a família é o centro desta capitalização fornecendo

⁷ Lei 10 216 de 6 de abril de 2001, inclui centros de cultura e atividades voltadas para a comunidade. Assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 13 de julho de 1990) e na Lei das Penas Alternativas (Lei 9.714 de 25 de novembro de 1998). Atenção especial aos seguintes artigos:

“Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º. O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único - São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.”

fundamentos morais e acessos intelectuais a seus *filhos*, contando com a disposição do Estado para atender *plenamente*, nas áreas de educação e saúde, os necessários equivalentes para fortalecer cada capital humano e, com isso, solidificar condições de uma vida segura. Trata-se de *ocupar a todos*, da criança ao velho aposentado, com maneiras salutaras para superar transtornos, contornar a loucura, produzir lazer e interesses compartilhados conectados a uma nova estruturação computo-informacional da economia, na qual a *participação* de cada um na programação seja fundamental. Abrem-se as estruturas das empresas para a prática democrática, ultrapassando a regulação político-representativa eleitoral⁸.

Os controles dos limites se combinam com monitoramentos, dissolvendo a distinção entre dentro e fora, sem prescindir da medicação cada vez mais acentuada, também percorrendo o trajeto da infância à velhice. As variadas identidades, produzidas por pletora de direitos e a sexualidade liberada transformada em relações normalizadas, pacificam, como era de se esperar, as transgressões. A linha genética soberania-disciplina se expande para controles e segurança. O sujeito de direito vê-se transformado em *divíduo* vivo, sob as condições para a emergência do *empreendedor de si* com eficiência produtiva, criatividade constante e como um gestor revestido de um novo sagrado. Não há mais espaço para a ociosidade. Neste sentido, as mais diversas formas de organizações da sociedade civil compõem para a orquestração da ocupação, participação e cuidados a serem dispendidos não só com a população, mas também o ambiente em que se transita, liberando atenções expandidas entre os processos de conservação e preservação ecológicos, configurando as melhorias sustentáveis.

Em *História da loucura na idade clássica*, Foucault chamava atenção para a vida como obra de arte de certos artistas, ainda não assim designada. Artistas perturbados apanhados no interior do conceito de loucura, quando deles se exigia normalidade, situavam o ponto nodal da política: o ingovernável.

A vida como obra de arte é um fazer que aciona uma ética-estética cujo início se encontra no indivíduo, como bem mostraram não só artistas, mas movimentos como o

⁸ Ver Leandro Siqueira. *O indivíduo compulsivo: uma genealogia na fronteira entre a disciplina e o controle*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2009, dissertação de mestrado, 294pp. Edson Passetti. "Ecopolítica: procedências e emergências". In Guilherme Castelo Branco e Alfredo Veiga-Neto (orgs.) *Foucault, filosofia & política*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011, pp. 127-141; Acácio Augusto. "Política e polícia". In op.cit., pp. 19-35; Salette Oliveira. "Desacostumar-se à vida: governo da verdade e qualidade de vida. Exercícios atuais do poder psiquiátrico". In op., cit., pp. 349-358; Beatriz Scigliano Carneiro. *Relâmpagos com claror*. São Paulo, Imaginário-Fapesp, 2004.

dos anarquistas no século XIX, elucidado por Foucault em *A hermenêutica do sujeito*. Não se trata mais de olhar para a vida como obra de arte, apenas esboçada em *História da loucura na idade clássica* circunscrita aos artistas, mas ao que propicia a cada um, nada restrito a um eu solitário, fazer de si uma vida como obra de arte, porém como um associado, como por sua vez, Max Stirner relacionara o único a uma associação de únicos, em seu livro de 1847, *O único e a sua propriedade*.

O único, o sujeito que cria a sua vida como obra de arte, lida com o ingovernável, este fim e princípio da política, sempre possível de ser repostos. Seja na configuração de novos dispositivos do controle, como se produzem as institucionalidades na sociedade atual, seja na iminência da insurreição diante do intolerável, do insuportável, do esgotamento sob os quais é preciso romper com velhos e novos dispositivos.

O que este *divíduo* de hoje pode e quer fazer de si? Como vivo, ele se encontra livre para as duas direções capazes de refazer as séries liberdade e autoridade. Trata-se da escolha livre. A série autoridade, implacável, o empurra até mesmo à suspeição de terrorista, destina-lhe Regimes Disciplinares Diferenciados ou *Guantánamos*, o reconduz a mofar em manicômios, sujeitar-se aos programas educativos das antigas Febems reformadas em cada localidade, com o apoio das comunidades, centros culturais e habitar programas de ocupação cujo ápice se encontra não só em atividades de ONGs, fundações e institutos, mas também em UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora e UPPsocial).

Perseguido em fluxos, o *divíduo* vivo está tomado por seus variados transtornos que medicamentos interceptam as possíveis perturbações capazes de insurreições. Aninha-se em redes sociais eletrônicas com seus milhões de amigos, trocando confissões, anulando os disparates celebrados na versatilidade do seu tino. Monitorado, democratizado, policial da vida ele prossegue entre os altos e baixos de um CAPS a um hospício ou residência terapêutica para dar conta de sua saúde mental. Não é mais o habitante da loucura, mas um pingente na gestão da vida. Feliz, ele acompanha os demais militantes da profanação do manicômio em seu sagrado redimensionamento no interior da luta antimanicomial. Dá um sorriso de lado aos pugilistas da luta antipsiquiátrica. Ele, doente mental, agora participa democraticamente da vida sã entre tantos transtornados.

artistas da vida

As práticas de si libertárias dependem sim de democracia, da mesma maneira que a democracia tende a restringir as práticas de liberdade a uma centralidade de poder, ainda que combinada com descentralizações e interiorizações nas práticas sistêmicas computo-informacionais. Precisam estar livres do pastorado cristão, de sua absorção pela biopolítica, e da atual polícia da vida, a nova forma do pastor de cada um e de todos ao mesmo tempo. É interrogar as sequências claras e limpas que situam a loucura como doença ou saúde, como limite ou transtorno, na instituição fechada ou em sua combinação com monitoramentos a céu aberto. É estabelecermo-nos onde não deixamos de estar, escapando das capturas, instigados por nossas perturbações e infames com nossos e demais disparates. Não faça da filosofia uma religião!

Trata-se de liberarmo-nos de Estado em nós mesmos, das suas práticas individualizantes e totalizadoras; de liberarmo-nos de uma crítica que nos ajeite a tal ou qual utopia. Trata-se de dar outras formas à liberdade, de modo heterotópico, inventando outros espaços.

De Montaigne, passando por Stirner, e muitos outros, incluindo Nietzsche e o pensamento anarquista, Michel Foucault (2004) assinalava a importância das práticas de si, em suas diversidades, como estética do eu, como tarefa urgente a quem resiste neste ponto que chamamos de ingovernável. Ela diz respeito a como lidamos com as relações de poder, governamentalidade e governo de si e dos outros, relacionada a uma atitude parresíastica: a coragem de pronunciar uma verdade reconhecendo quem é o superior na hierarquia e as vinganças institucionais daí decorrentes. Trata-se de uma prática democrática, liberada dos aspectos da isonomia e da isegoria, da democracia como modelo ou modulação, mas repleta das ressonâncias históricas dos que enfrentaram e combateram a produção do conjunto normativo em leis ou liberdade de pensamento. É apartar-se de técnicas da sedução.

Referências:

- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- _____. *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

- _____. “O sujeito e o poder”. In Paul Rabinow & Hubert Dreyfus. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Loyola, 1996.
- _____. *História da loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira C. Neto, São Paulo, Perspectiva, 1995.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Tradução de Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita. A experiência limite*. Tradução de João Moura Jr. São Paulo, Escuta, 2007.
- STIRNER, Max. *O único e a sua propriedade*. Tradução de João Barrento. Lisboa. Antígona, 2004.
- _____. “Arte e religião”. Tradução de J. Bragança de Miranda. Revista Verve, Nu-Sol/PUC-SP, vol. 4, 2003, pp. 67-78 (<http://www.nu-sol.org/verve/pdf/verve4.pdf>)

[Recebido em setembro de 2012; aceito em outubro 2012.]